

#### **Elaine Cristina de Piza**

ecpiza@uem.br

Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenadora da equipe de Política Fiscal do projeto de extensão “Conjuntura econômica brasileira – divulgação de análises”.

#### **Thais Andreia Araujo de Souza**

taasouza2@uem.br

Professora da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e coordenadora da equipe de Política Fiscal do projeto de extensão “Conjuntura econômica brasileira – divulgação de análises”.

#### **Integrantes do subgrupo**

Acadêmicos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e participantes da equipe de Política Fiscal do projeto de extensão “Conjuntura econômica brasileira – divulgação de análises”.

#### **Amanda Bexiga Aguiar dos Santos**

ra129746@uem.br

#### **João Pedro Cataplan Montanher**

ra107249@uem.br

#### **Leonardo Oliveira Bandini**

ra118099@uem.br

### Análises do ano de 2022

#### RESUMO

No ano de 2022, observou-se que o Governo Central apresentou um superávit primário na ordem de R\$ 57 milhões, o que não ocorria desde o ano de 2013. Esse superávit foi influenciado pela retomada das atividades econômicas no período pós-pandemia, resultando em um aumento de 33,41% na receita total do Governo Central em comparação com o ano de 2020. Além disso, um fator determinante foi a redução da despesa total do Governo Central em 21,93% em relação a 2020. Dentre as despesas, destaca-se a diminuição dos gastos relacionados ao combate à COVID-19 em comparação com os dois anos anteriores. No que diz respeito à dívida pública, observa-se que as três medidas de endividamento finalizaram 2022 em níveis próximos aos níveis pré-pandemia, quando avaliadas em percentual do PIB, no entanto, o custo do endividamento aumentou. Para 2023, as incertezas fiscais e o cenário macroeconômico serão desafiadores para manutenção da sustentabilidade da dívida.

Palavras-Chave: Resultado Primário; Governo Central; Setor Público; Dívida Pública.



## 1. INTRODUÇÃO

Este boletim tem como objetivo analisar a conjuntura econômica brasileira relacionada à política fiscal durante o ano de 2022, traçando comparações com os anos de 2021 e 2020, um período que marca a recuperação econômica do Brasil pós-pandemia. A primeira parte da análise se concentra nas decisões do Governo Central em relação às receitas, transferências e despesas. A análise do resultado primário é realizada com base no critério "acima da linha," divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Esse critério considera o resultado primário como a diferença entre as receitas líquidas do Governo Central e as despesas totais.

## 2. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL NO ANO DE 2022

Quando se comenta sobre o Governo Central, estão incluídas sob essa categoria o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central. Conforme os dados apresentados na Tabela 1, o ano de 2022 marca o primeiro superávit primário do Governo Central desde 2013. Em 2022, o superávit foi da ordem de R\$ 57 milhões, a preços de dezembro de 2022, representando 0,5% do PIB do ano. Esse resultado demonstra uma notável recuperação da situação das contas públicas quando comparado aos dois anos imediatamente anteriores (2021 e 2020).

**Tabela 1 - Resultado Primário, Receita Líquida e Despesa Total do Governo Central no período de 2013 a 2022 - em R\$ milhões**

Ano	Receita Líquida	Despesa Total	Resultado Primário	% PIB
2013	1.734.734,35	1.609.570,47	125.163,88	1,4%
2014	1.675.478,99	1.712.726,22	-37.247,23	-0,4%
2015	1.569.668,67	1.744.684,68	-175.016,01	-2,0%
2016	1.505.413,64	1.725.901,06	-220.487,41	-2,6%
2017	1.542.048,35	1.707.735,96	-165.687,61	-1,9%
2018	1.587.567,78	1.741.213,66	-153.645,88	-1,7%
2019	1.671.316,95	1.788.505,69	-117.188,74	-1,3%
2020	1.446.155,97	2.344.595,04	-898.439,07	-9,8%
2021	1.751.881,70	1.792.047,80	-40.166,10	-0,4%
2022	1.887.514,12	1.830.435,65	57.078,47	0,5%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

No ano de 2021, foi registrado um déficit primário de R\$ 40 milhões. No entanto, esse resultado já apresentou uma melhora em comparação com 2020, quando o déficit foi de R\$ 898 milhões, um ano marcado por despesas elevadas devido à situação de pandemia. Portanto, ao analisar o histórico do resultado primário do Governo Central, nota-se que desde a desaceleração econômica a partir de 2014, os resultados têm sido deficitários, com a única exceção ocorrendo em 2022. Assim, percebe-se que o resultado primário desse ano decorreu da retomada das atividades econômicas na recuperação pós-pandemia, combinada com a redução das despesas relacionadas à situação de pandemia. Nas próximas seções, serão analisados os fatores que contribuíram para o superávit primário em 2022.

## 2.1 A EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL DO GOVERNO CENTRAL NO ANO DE 2022

Agora, passaremos a analisar as receitas do Governo Central para os anos de 2020, 2021 e 2022. Na maioria das tabelas e gráficos, os dados estão expressos em R\$ milhões a preços de dezembro de 2022. A conta de receitas totais do Governo Central do Brasil é subdividida em quatro categorias de arrecadação, a saber: Receita Administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB), Incentivos Fiscais, Arrecadação Líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Receitas Não-Administradas pela RFB. A Tabela 2 apresenta a Receita do Governo Central e suas quatro principais categorias de receitas para os anos de 2020, 2021 e 2022.

**Tabela 2 - Receita Total do Governo Central (R\$ milhões) para os anos de 2020, 2021 e 2022**

Discriminação	jan-dez/2020	jan-dez/2021	jan-dez/2022
1. RECEITA TOTAL	1.763.160,39	2.144.172,17	2.352.265,18
1.1 - Receita Administrada pela RFB	1.080.738,50	1.328.389,91	1.414.654,32
1.2 - Incentivos Fiscais	-167,28	-175,33	-56,78
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	485.434,41	511.771,75	544.083,95
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	197.154,77	304.185,84	393.583,69

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Após uma queda na arrecadação em 2020, como analisado no boletim anterior, em 2021 observou-se um aumento na Receita Total de R\$ 381 bilhões, passando de R\$ 1,76 trilhão em 2020 para R\$ 2,14 trilhões em 2021, principalmente devido à retomada das atividades econômicas. Os efeitos desse processo continuaram a ser positivos no ano seguinte, elevando a Receita Total em 2022 para R\$ 2,35 trilhões.

A Tabela 3 exibe a variação percentual das receitas de 2020 para 2022 e de 2021 para 2022. O objetivo desta comparação é verificar o desempenho das contas públicas em um período de recuperação econômica após a fase de pandemia. Como pode ser visto na Tabela 3, ao analisar a variação percentual da arrecadação de 2020 para 2022, observa-se um aumento de 33,41%. Além disso, é possível notar um incremento de 9,71% nas receitas do Governo Central em 2022, quando comparado com 2021.

**Tabela 3 - Variação Percentual da Receita Total do Governo Central**

Discriminação	var. % 2020/2022	var. % 2021/2022
1. RECEITA TOTAL	33,41	9,71
1.1 - Receita Administrada pela RFB	30,90	6,49
1.2 - Incentivos Fiscais	-66,05	-67,61
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	12,08	6,31
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	99,63	29,39

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Para uma compreensão mais aprofundada do impacto das variações de cada componente, é essencial avaliar a participação relativa de cada um deles na Receita Total, como demonstrado no Gráfico 1. Isso ocorre porque mesmo uma pequena variação em um componente com uma alta participação relativa pode resultar em uma grande variação na Receita Total, enquanto uma grande variação em um componente com baixa participação relativa pode não ter um impacto significativo na Receita Total.

Dentre as categorias de arrecadação apresentadas, a Receita Administrada pela RFB é aquela que possui a maior participação nas receitas totais. Conforme pode ser observado no Gráfico 1, essa categoria corresponde a 60,14% do total da arrecadação. Essa variável registrou um crescimento de 6,49% de 2021 para 2022 e, adicionalmente, um aumento de 30,90% de 2020 para 2022, tornando-se o

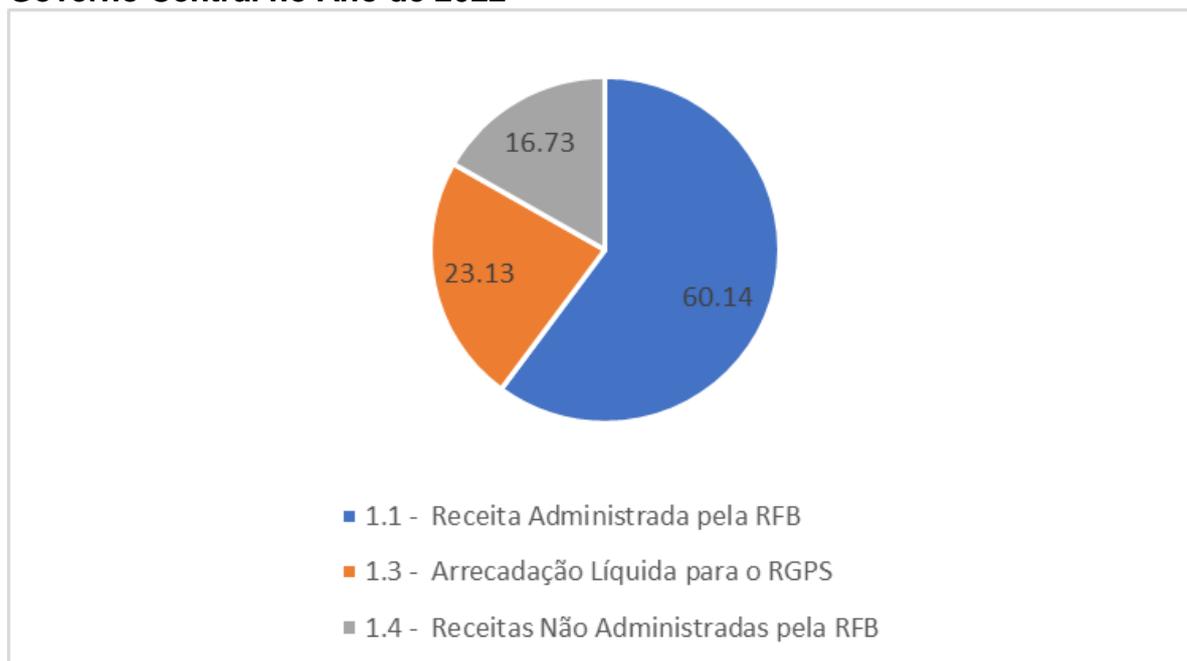
componente mais significativo para explicar o aumento da receita total de 2020 para 2022.

Ao analisar os Incentivos Fiscais (conforme a Tabela 3), observa-se uma redução tanto de 2021 para 2022 (-67,61%) quanto de 2020 para 2022 (-66,05%). É importante ressaltar que esses incentivos fiscais são registrados como valores negativos na contabilização da receita total. Portanto, a diminuição nessa variável resulta em um aumento no valor da receita total. Conseqüentemente, a queda desse componente em ambos os períodos também contribui para explicar o aumento da Receita Total.

Também é importante observar a Arrecadação Líquida para o RGPS, que corresponde a 23,13% da arrecadação total. Houve uma variação positiva de 6,31% na arrecadação de 2021 para 2022, e um aumento de 12,08% na arrecadação de 2020 para 2022. Esses números indicam que essa categoria continua a se recuperar à medida que as atividades econômicas retornam ao normal.

Por fim, o último tipo de arrecadação refere-se às Receitas Não Administradas Pela RFB que compreendem 16,73% das Receitas Totais e também demonstraram crescimento em ambos os períodos, com um aumento de 29,39% de 2021 para 2022 e de 99,63% de 2020 para 2022.

**Gráfico 1 - Participação Relativa dos Componentes na Receita Total do Governo Central no Ano de 2022**



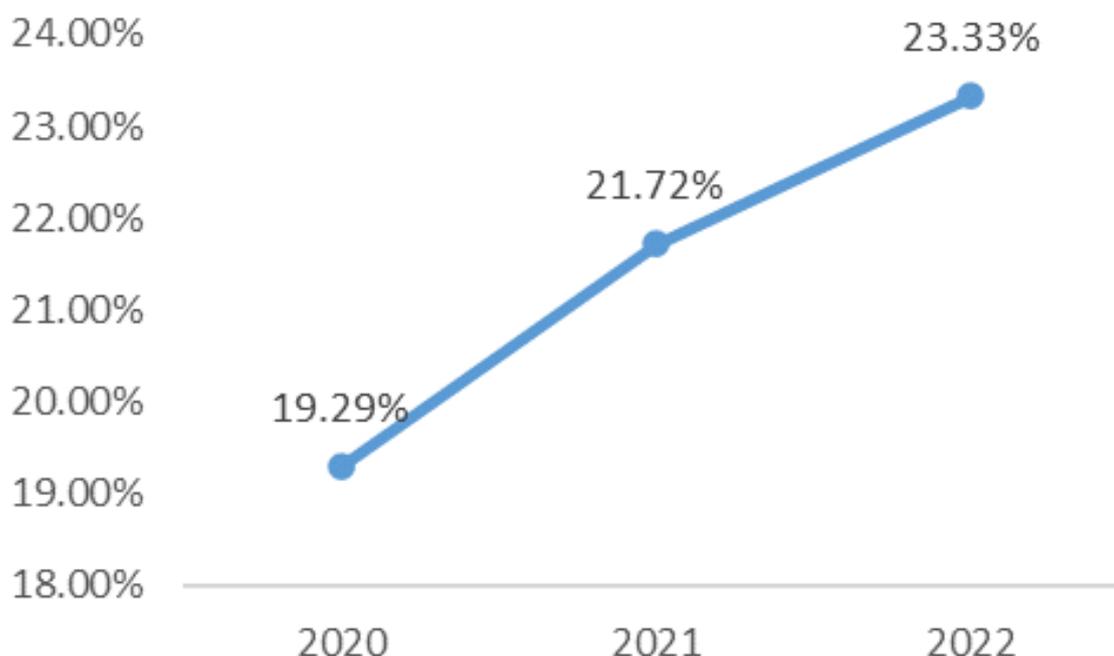
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).  
Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Após registrar a pior arrecadação em uma década no ano de 2020, o Governo Central atingiu um recorde em 2021, arrecadando um total de R\$ 2,1 trilhões, a maior receita anual desde 1995, impulsionado, principalmente pela recuperação econômica pós-pandemia e pelo menor atraso no pagamento dos tributos por parte das empresas enquadradas no Simples Nacional.

Em 2022, o cenário continuou favorável, e o Governo Federal estabeleceu um novo recorde, arrecadando R\$ 2,35 trilhões e registrando mais uma vez a maior arrecadação desde o início da série histórica. Essa elevação pode ser explicada pelo aumento nos preços de produtos básicos, como petróleo, minério e alimentos, pelo crescimento da economia e a expansão do PIB, juntamente com o aumento da taxa de juros básicos e o crescimento da massa salarial.

Ao analisar a participação da receita total do Governo Central como porcentagem do PIB, observa-se, de acordo com o Gráfico 2, que a receita total representava 19,29% do PIB no ano de 2020, aumentando para 21,72% em 2021 e crescendo ainda mais, atingindo 23,33% do PIB brasileiro em 2022. Isso ilustra um acréscimo de 4,04 pontos percentuais de 2020 para 2022.

**Gráfico 2 - Evolução da Participação Relativa da Receita Total do Governo Central em % do PIB entre 2020 e 2022**



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).  
Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

A seguir, serão analisados os quatro tipos de arrecadação de forma mais detalhada. A Receita Administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) é subdividida em dez subcategorias, que podem ser verificadas na Tabela 4. Com exceção do IPI, CIDE e outras receitas administradas, todos os outros componentes apresentaram aumento de 2020 para 2022.

**Tabela 4 - Receitas Administradas pela RFB (R\$ milhões)**

Discriminação	jan-dez/2020	jan-dez/2021	jan-dez/2022
1.1.01 Imposto de Importação	54942,91	68860,82	60088,07
1.1.02 IPI	68007,65	79153,14	60988,80
1.1.03 Imposto de Renda	461836,19	576482,45	678929,34
1.1.04 IOF	26564,09	54301,30	60052,87
1.1.05 Cofins	266335,47	304730,94	281397,44
1.1.06 PIS/Pasep	75125,21	84482,06	81375,41
1.1.07 CSLL	95440,94	127618,14	161821,77
1.1.08 CPMF	0,00	0,00	0,00
1.1.09 CIDE Combustíveis	2399,01	2116,88	1711,99
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	30087,02	30644,18	28288,65

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Entre as receitas apresentadas, aquelas que registraram as maiores variações de 2020 para 2022 foram o Imposto de Renda, que aumentou de R\$ 461,83 bilhões para R\$ 678,92 bilhões, o IOF, que cresceu de R\$ 26,56 bilhões em 2020 para R\$ 60 bilhões em 2022, e o CSLL, que passou de R\$ 95,44 bilhões em 2020 para R\$ 161,82 bilhões em 2022. A Tabela 5 apresenta as variações percentuais dessas receitas de 2020 para 2022 e de 2021 para 2022.

Cabe ressaltar que o IPI reduziu sua arrecadação em 10,32% em 2022 em comparação com 2020 e em 22,95% quando comparado a 2021, caracterizando-se como a categoria de receita que apresentou a maior diminuição ao comparar os anos de 2021 e 2022.

**Tabela 5 - Variação Percentual das Receitas Administradas pela RFB**

Discriminação	var. % 2020/2022	var. % 2021/2022
1.1.01 Imposto de Importação	9,36	-12,74
1.1.02 IPI	-10,32	-22,95
1.1.03 Imposto de Renda	47,01	17,77
1.1.04 IOF	126,07	10,59
1.1.05 Cofins	5,66	-7,66
1.1.06 PIS/Pasep	8,32	-3,68
1.1.07 CSLL	69,55	26,80
1.1.08 CPMF	0,00	0,00
1.1.09 CIDE Combustíveis	-28,64	-19,13
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	-5,98	-7,69

Fonte: elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022). Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Apesar do crescimento expressivo das arrecadações do IOF, que aumentou 126,07% de 2020 para 2022, e do CSLL, que registrou um aumento de 69,55% no mesmo período, é novamente importante analisar a contribuição relativa deles para a arrecadação total. Por essa razão, a Tabela 6 apresenta a participação relativa na receita total de cada uma das arrecadações que fazem parte das Receitas administradas pela RFB. Diante disso, observa-se que nenhuma das duas arrecadações mencionadas anteriormente possui um peso significativo dentro do total.

**Tabela 6 - Participação Relativa das Receitas Administradas pela RFB na Receita Total**

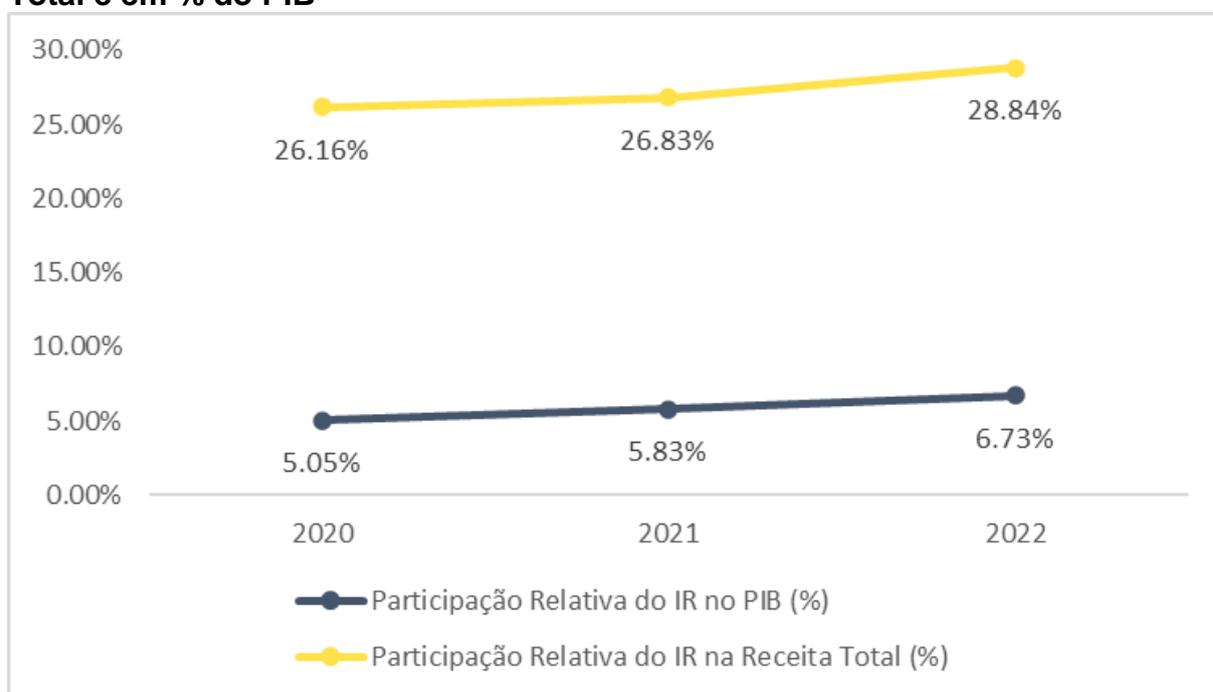
Discriminação	Participação Relativa na Receita Total em 2022
1.1.01 Imposto de Importação	2,55
1.1.02 IPI	2,59
1.1.03 Imposto de Renda	28,86
1.1.04 IOF	2,55
1.1.05 Cofins	11,96
1.1.06 PIS/Pasep	3,46
1.1.07 CSLL	6,88
1.1.08 CPMF	0,00
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,07
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	1,20

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

O Imposto de Renda, que representou a maior parcela da Receita Total em 2022, com um total de 28,86%, registrou um aumento de 17,77% de 2021 para 2022 e um incremento de 47,01% de 2020 para 2022. Como ilustrado no Gráfico 3, essa variação positiva resultou em um aumento da sua participação relativa tanto na Receita Total quanto no PIB brasileiro no mesmo período. Esse aumento foi, sobretudo, uma consequência do aumento na arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e do Imposto de Renda Retido na fonte (IRRF).

**Gráfico 3 - Evolução da Participação Relativa do Imposto de Renda na Receita Total e em % do PIB**



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

A Arrecadação Líquida para o RGPS refere-se à arrecadação líquida da Previdência Social, e é subdividida em dois tipos: Arrecadação Urbana e Rural. A Tabela 7 apresenta os valores em R\$ milhões para o RGPS nos anos de 2020, 2021 e 2022. Por outro lado, a Tabela 8 contém as variações e as participações relativas na Receita Total dos tipos de Arrecadação Líquida para o RGPS.

**Tabela 7 - Arrecadação Líquida para o RGPS (R\$ milhões)**

Discriminação	jan-dez/2020	jan-dez/2021	jan-dez/2022
Urbana	475.108,74	500.272,63	534.876,78
Rural	10.325,67	11.499,13	9.207,17

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Observando a arrecadação rural, nota-se que ela diminuiu de R\$ 11,49 bilhões em 2021 para R\$ 9,2 bilhões em 2022. No entanto, houve um aumento de R\$ 10,32 bilhões em 2020 para R\$ 11,49 bilhões em 2021. Assim, a variação percentual de 2020 para 2022 foi negativa em 10,83%. Por outro lado, a arrecadação urbana apresentou uma taxa de crescimento positiva em ambos os períodos. Ela aumentou de R\$ 475,10 bilhões em 2020 para R\$ 500,27 bilhões em 2021 e subiu para R\$ 534,87 bilhões em 2022. Dado que sua participação relativa representa 22,74% de toda a Receita Total em 2022, esse crescimento de 12,58% de 2020 para 2022 representou uma contribuição significativa para as mudanças na receita total.

**Tabela 8 - Variação Percentual e Participação Relativa da Arrecadação Líquida para o RGPS (R\$ milhões)**

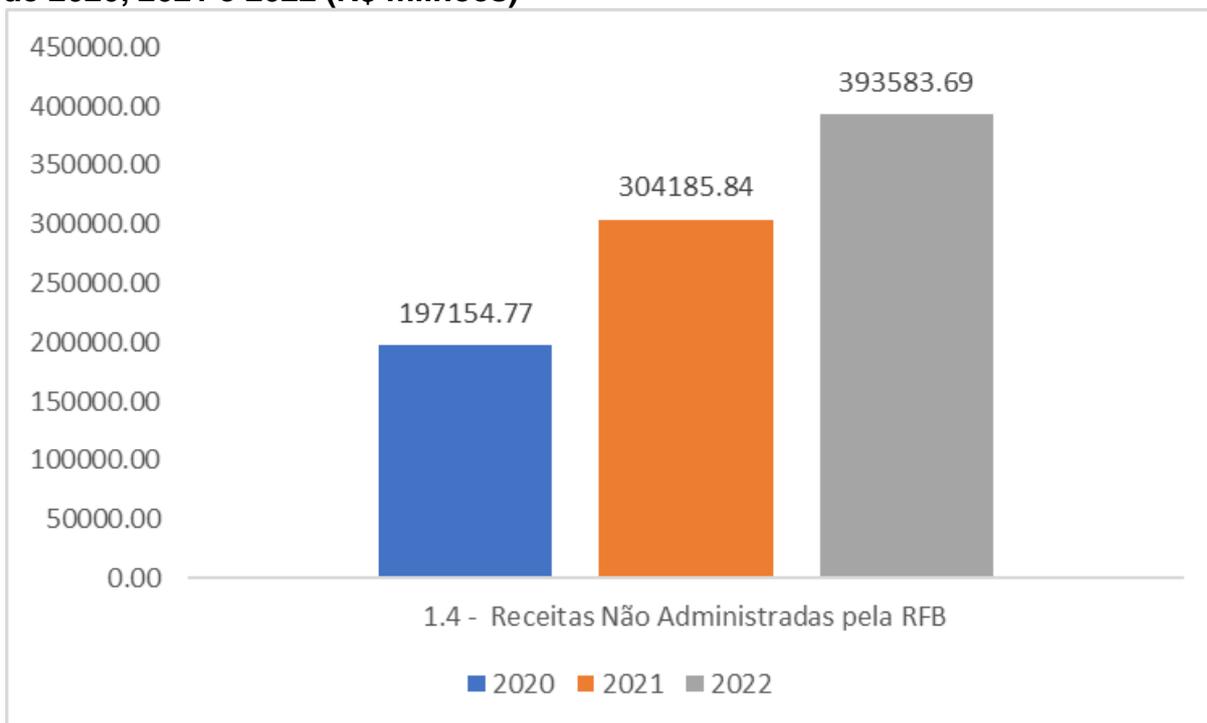
Discriminação	var. % 2020/2022	var. % 2021/2022	Part. Relativa na Receita Total em 2022
Urbana	12,58	6,92	22,74
Rural	-10,83	-19,93	0,39

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

A arrecadação líquida para o RGPS foi influenciada principalmente pelo aumento da arrecadação do Simples Nacional em 2022, bem como pelo sólido desempenho do mercado de trabalho, que se traduziu em um crescimento na geração de empregos e um aumento da massa salarial de 2021 para 2022. Entretanto, dentre os quatro tipos de receitas apresentados, como demonstrado na Tabela 3, é notável que as Receitas Não Administradas pela RFB foram as que registraram a maior variação positiva tanto de 2021 para 2022 (um aumento de 29,39%) quanto de 2020 para 2022 (um aumento de 99,63%). De acordo com o Gráfico 4, as Receitas Não Administradas pela Receita Federal evoluíram de R\$ 197,15 bilhões em 2020 para R\$ 304,18 bilhões em 2021 e alcançaram R\$ 393,58 bilhões em 2022.

**Gráfico 4 - Receita Não Administrada pela RFB do Governo Central nos Anos de 2020, 2021 e 2022 (R\$ milhões)**

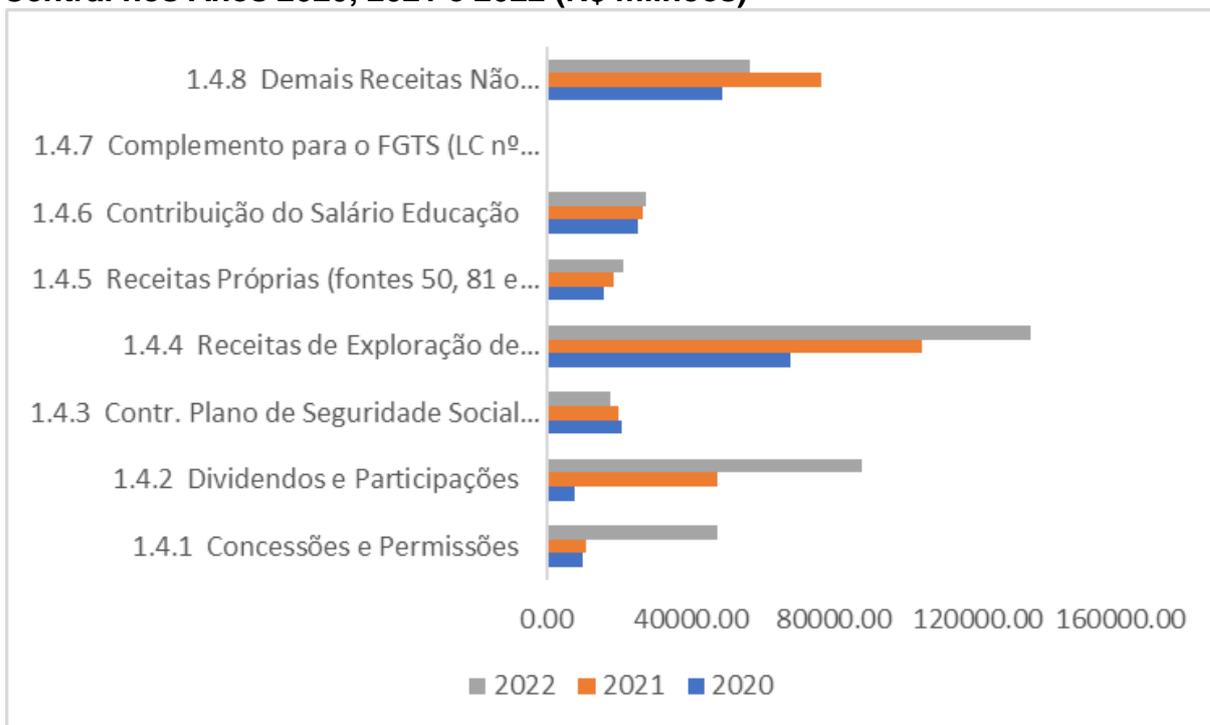


Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).  
Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Esse aumento substancial pode ser explicado principalmente pelo aumento de 383,68% em Concessões e Permissões de 2020 para 2022 e pelo aumento de 1012,91% de 2020 para 2022 em Dividendos e Participações, com destaque para os maiores repasses de dividendos do BNDES, do Banco do Brasil e da Petrobras, sendo esta última especialmente notável.

Observa-se também, como evidenciado no Gráfico 5, um aumento de 98,27% nas Receitas de Exploração de Recursos Naturais de 2020 para 2022. Esse incremento pode ser explicado principalmente pelo aumento do preço internacional do barril de petróleo e pelo aumento da produção nacional de petróleo entre 2021 e 2022.

**Gráfico 5 - Componentes da Receita Não Administrada pela RFB do Governo Central nos Anos 2020, 2021 e 2022 (R\$ milhões)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

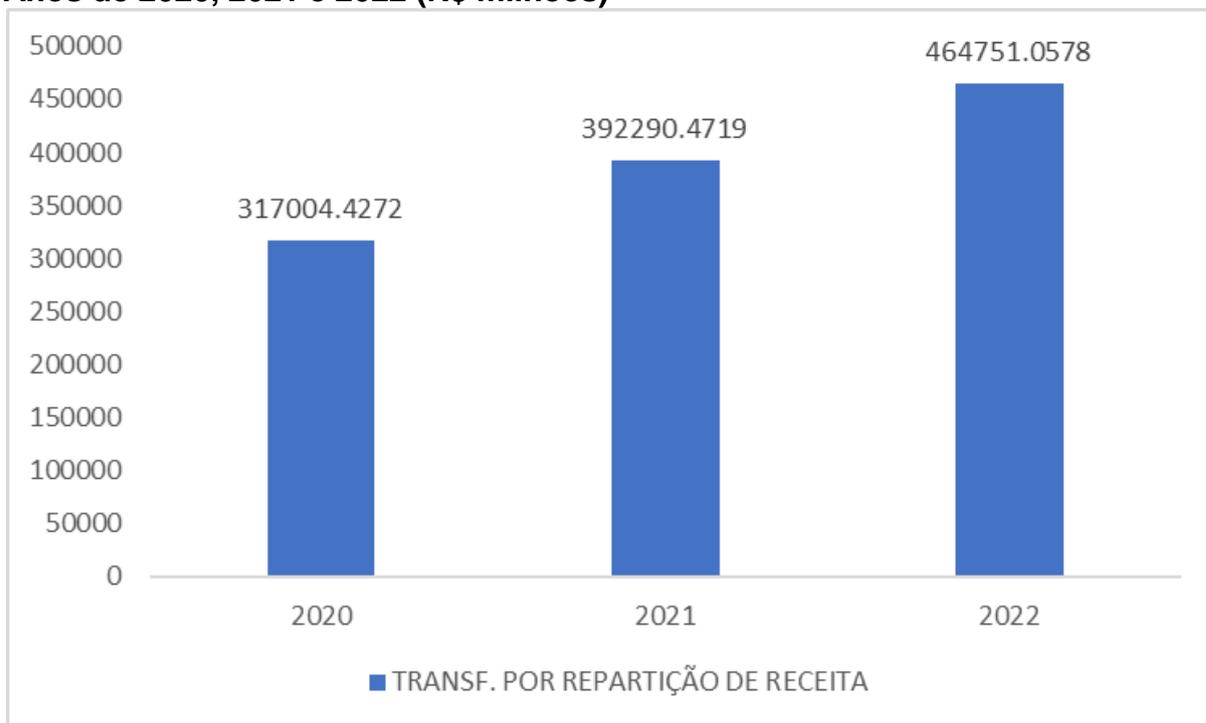
Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Assim, é possível notar que no período de 2020 a 2022, as receitas totais do Governo Central aumentaram, destacando a influência da retomada das atividades econômicas na arrecadação. O principal componente das receitas foram as Receitas Administradas pela RFB, e dentro desse componente, o Imposto de Renda se destacou como o principal contribuinte.

## 2.2 A EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA E DA RECEITA LÍQUIDA DO GOVERNO CENTRAL NO ANO DE 2022

Conforme determinado pela Constituição, o Governo Central deve realizar transferências de parte de sua renda para os estados, o Distrito Federal e os municípios. Essas transferências são conhecidas como transferências por repartição de receita. O Gráfico 6 exibe a evolução dessas transferências no período de 2020 a 2022.

**Gráfico 6 - Transferências por Repartição de Receitas do Governo Central nos Anos de 2020, 2021 e 2022 (R\$ milhões)**

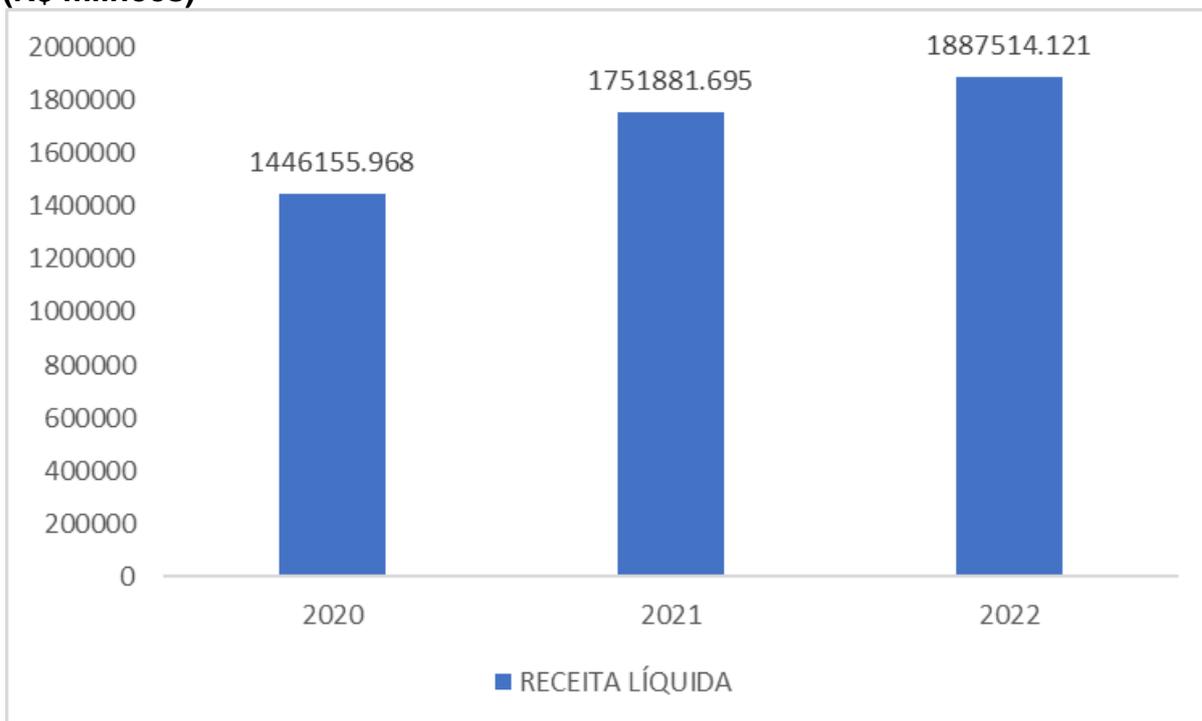


Fonte: elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022). Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

É notável o aumento das transferências nesse período, chegando a um montante de R\$ 464,75 bilhões em 2022. Esse valor é superior em 18,47% em relação às transferências de 2021 e 46,6% mais alto do que as transferências de 2020. Entre os principais motivos para esse aumento nas transferências estão a arrecadação tanto do IPI quanto do IR.

Após as transferências realizadas pelo Governo Central, que são determinadas constitucionalmente, chegam-se-se às chamadas receitas líquidas do Governo Central. As receitas líquidas representam o montante disponível para o Governo Central realizar seus gastos. O Gráfico 7 ilustra a evolução das receitas líquidas no período de 2020 a 2022.

**Gráfico 7 - Receita Líquida do Governo Central nos Anos de 2020, 2021 e 2022 (R\$ milhões)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).  
Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

No período, houve um aumento na receita líquida, com um crescimento de 21,14% de 2020 para 2021 e um aumento de 7,74% de 2021 para 2022. Esses resultados também evidenciam a melhora nas contas públicas do Governo Central, contribuindo para o resultado primário superavitário.

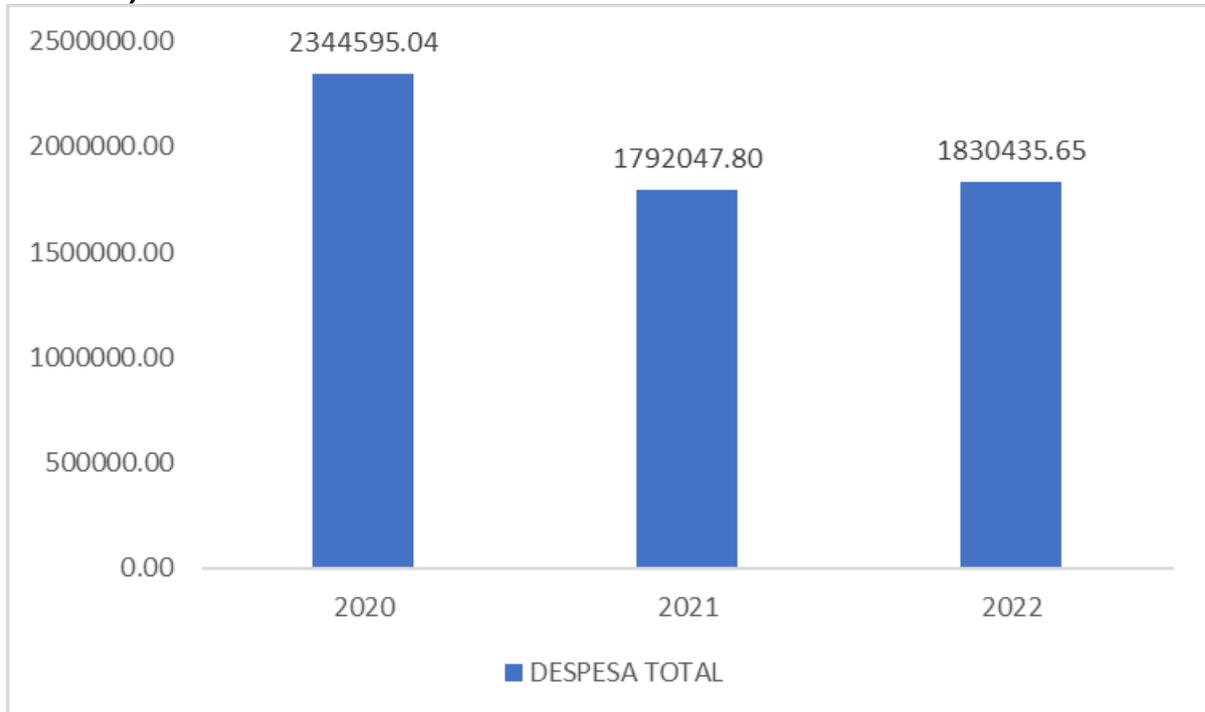
### **2.3 A EVOLUÇÃO DA DESPESA TOTAL DO GOVERNO CENTRAL NO ANO DE 2022**

Nesta seção, buscamos analisar o comportamento da Despesa Total do Governo Central em 2022 e compará-lo com os anos de 2021 e 2020. Os dados foram deflacionados pelo IPCA e estão expressos em milhões de Reais a preços de dezembro de 2022.

A Despesa total do Governo Central em 2022 registrou um aumento de 2,14% em comparação com o ano anterior, contudo, houve uma redução de 21,92% na Despesa em comparação com o ano de 2020. Isso se deve ao retorno à normalidade após o período da pandemia, o que resultou na diminuição de gastos

emergenciais e despesas no setor de saúde. A Despesa em termos absolutos está apresentada no Gráfico 8 abaixo.

**Gráfico 8 - Despesa Total do Governo Central nos Anos 2020, 2021 e 2022 (R\$ milhões)**



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

A Despesa Total é subdividida em quatro partes: Despesas com Benefícios Previdenciários, Pessoal e Encargos Sociais, Despesas do Poder Executivo Sujeito à Programação Financeira e Outras Despesas Obrigatórias. Cada categoria de despesa possui uma participação relativa na despesa total, como ilustrado no Gráfico 9.

Uma grande parte das despesas está concentrada nos benefícios previdenciários (44,22%), seguida das despesas do Poder Executivo (20,58%) e da categoria de pessoal e encargos sociais (18,76%). Restam apenas 16,44% destinados às demais despesas.

**Gráfico 9 - Participação Relativa dos Componentes da Despesa na Despesa Total do Governo Central no Ano de 2022**

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

As duas tabelas a seguir apresentam a Despesa Total do Governo Central desagregada por classe de despesa. Entre essas classes, estão incluídos os Benefícios Previdenciários, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais, as Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira e Outras Despesas Obrigatórias. A Tabela 9 exhibe os resultados em milhões de reais a preços de dezembro de 2022. No ano de 2022, o principal componente das despesas são os benefícios previdenciários, enquanto no ano de 2020, o principal componente eram outras despesas obrigatórias.

**Tabela 9 - Despesa Total por Classe do Governo Central nos Anos de 2020, 2021 e 2022 (R\$ milhões)**

Discriminação	2020	2021	2022
4. DESPESA TOTAL	2.344.595,04	1.792.047,80	1.830.435,65
4.1 Benefícios Previdenciários	799.550,14	789.179,40	809.504,22
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	386.320,99	365.608,16	343.381,34
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	868.516,15	340.525,16	300.926,71
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	290.207,76	296.735,08	376.623,37

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022). Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

A Tabela 10 apresenta os resultados em termos de variações percentuais. Observa-se que a maior variação nesses períodos ocorreu nas outras despesas obrigatórias, com uma queda de 65,35% entre 2020 e 2022, e um aumento de 29,878% nas Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira no mesmo período.

De acordo com o boletim do Tesouro Transparente, a variação nos Benefícios Previdenciários decorreu do aumento no número de beneficiários, enquanto a redução nas despesas com Pessoal e Encargos Sociais ocorreu principalmente devido à ausência de reajustes salariais para servidores civis.

**Tabela 10 - Variação Percentual da Despesa Total por Classe do Governo Central**

Discriminação	var. % 2020/2022	var. % 2021/2022
4. DESPESA TOTAL	-21,93	2,14
4.1 Benefícios Previdenciários	1,24	2,58
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	-11,12	-6,08
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	-65,35	-11,63
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	29,78	26,92

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022). Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Existem subclasses importantes de despesas dentro da categoria "Outras Despesas Obrigatórias", tais como Abono, Seguro Desemprego e Créditos Extraordinários (exceto PAC). A Tabela 11 apresenta o montante total gasto em cada categoria em milhões de reais, enquanto a Tabela 12 demonstra as variações percentuais dessas despesas entre os anos de 2020 e 2022 e entre os anos de 2021 e 2022.

**Tabela 11 - Despesas Obrigatórias nos Anos de 2020, 2021 e 2022 (R\$ milhões)**

Discriminação	2020	2021	2022
4. DESPESA TOTAL	2344595.04	1792047.80	1830435.65
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	868516.15	340525.16	300926.71
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	71793.07	51492.60	65716.89
4.3.01.1 Abono	23631.22	11749.54	24331.87
4.3.01.2 Seguro Desemprego	48161.84	39743.06	41385.02
4.3.07 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	517618.91	129900.96	47733.79

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022). Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

Como podemos notar na Tabela 12, as maiores variações estão no Abono, com um aumento de 107,09% entre 2021 e 2022, e nos Créditos Extraordinários (exceto PAC), com uma redução de 90,78% entre 2020 e 2022.

De acordo com o Boletim do Tesouro Transparente, os gastos com Créditos extraordinários caíram devido à redução nas despesas associadas ao combate à Covid-19, mas foram parcialmente compensados por despesas na expansão do auxílio Brasil.

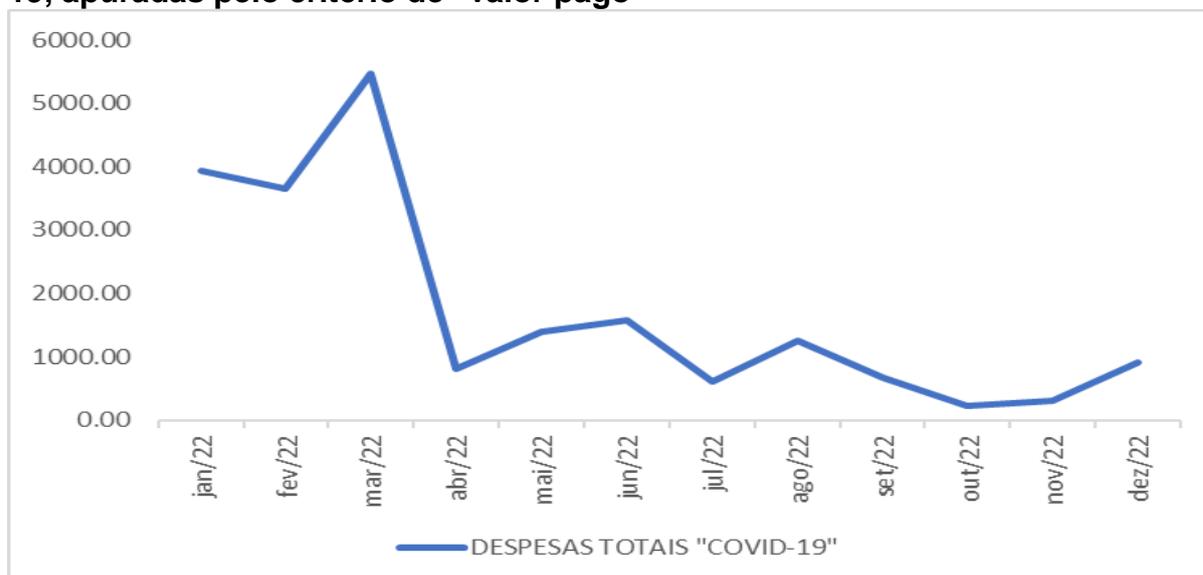
**Tabela 12 - Variação Percentual das Despesas Obrigatórias**

Discriminação	var. % 2020/2022	var. % 2021/2022
4. DESPESA TOTAL	-21.93	2.14
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	-65.35	-11.63
4.3.01 Abono e Seguro Desemprego	-8.46	27.62
4.3.01.1 Abono	2.96	107.09
4.3.01.2 Seguro Desemprego	-14.07	4.13
4.3.07 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	-90.78	-63.25

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022). Nota: Valores deflacionados a preços de dezembro de 2022 pelo IPCA.

No que diz respeito às despesas do Governo Central relacionadas ao combate à Covid-19, o Gráfico 10 apresenta sua evolução mensal ao longo do ano de 2022. É possível observar uma tendência de queda nessa categoria de despesa ao longo do ano.

**Gráfico 10 - Despesas do Governo Central relacionadas ao Combate ao Covid-19, apuradas pelo critério de "valor pago"**



Fonte: elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

A maior parte das despesas do Governo Central relacionadas ao combate à Covid-19 são provenientes de créditos extraordinários. O Gráfico 11 apresenta informações relacionadas a esse tipo de despesa no período de 2020, 2021 e 2022.

**Gráfico 11 - Créditos Extraordinários (Exceto PAC) do Governo Central relacionados ao Combate à pandemia - Valores em R\$ milhões**



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

É notável a redução desse tipo de despesa no ano de 2022. No entanto, comparando os anos de 2020 e 2022, houve uma redução de 98,63% no auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade. Em relação ao benefício emergencial de manutenção do emprego e da renda, a redução foi de 99,98%, sendo a subclasse de despesa que mais se reduziu entre os dois anos. Quanto às despesas adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios, a redução foi de 88,77%.

Em relação às despesas relacionadas ao combate à Covid-19, a única despesa que aumentou entre 2020 e 2022 foi aquela relacionada à aquisição de vacinas, com um crescimento de 193,38%. No entanto, quando se compara 2021 e 2022, também se observa que essa despesa diminuiu, neste caso, em 70,12%.

Desse modo, é possível observar que além do aumento das receitas do Governo Central, a redução das despesas totais também contribuiu para o superávit primário no ano de 2022, evidenciando a recuperação econômica pós-pandemia.

## 2.4 AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL NO ANO DE 2022

A avaliação do cumprimento das metas fiscais é uma etapa necessária que permite analisar o desempenho da Administração Pública à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa lei tem como objetivo aprimorar a gestão das finanças públicas do país, uma vez que os governantes assumem o compromisso de seguir tanto o orçamento quanto as metas estabelecidas.

Desse modo, nesta seção são avaliadas a receita primária, despesa primária e resultado primário no período de 2020, 2021 e 2022. Para a análise, são considerados o valor inicial da Lei Orçamentária Anual (LOA), o valor da última projeção e o valor realizado no período. Os valores referentes à análise são apresentados tanto em milhões de reais quanto em proporção do PIB, de modo a tornar a análise mais precisa.

A Tabela 13 traz informações sobre os componentes do orçamento fiscal para o ano de 2020. A Tabela 14 apresenta informações referentes ao ano de 2021, e a Tabela 15 analisa o ano de 2022. Em relação à receita primária, nota-se que no ano de 2020, a receita primária realizada ficou abaixo da projetada, lembrando que este foi um ano extremamente atípico. No entanto, nos anos de 2021 e 2022, a receita primária realizada foi superior à projetada inicialmente.

**Tabela 13 - Componentes do Orçamento Fiscal de 2020 - Governo Central**

Componentes do Orçamento Fiscal de 2020						
2020	LOA 2020	% PIB	Última projeção	% PIB	Realizado	% PIB
	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
Receita Primária	1.644.117	21,6%	1.463.027	20,4%	1.467.758	19,7%
Despesa Primária	1.479.504	19,4%	2.045.526	28,5%	1.947.136	26,0%
Resultado Primário	-124.070	-1,6%	-855.489	-11,9%	-743.175	-9,9%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Ao considerar a despesa primária, no ano de 2020, a despesa realizada ficou acima da projetada inicialmente, porém, foi inferior à última projeção. O mesmo foi observado nos anos de 2021 e 2022, entretanto, para esses anos, a diferença entre o projetado e o realizado foi menor do que a registrada no ano de 2020.

**Tabela 14 - Componentes do Orçamento Fiscal de 2021 - Governo Central**

Componentes do Orçamento Fiscal de 2021						
2021	LOA 2021	% PIB	Última projeção	% PIB	Realizado	% PIB
	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
Receita Primária	1.595.422	20,4%	1.913.255	22,1%	1.932.370	22,2%
Despesa Primária	1.497.032	19,2%	1.657.380	19,1%	1.613.891	18,6%
Resultado Primário	-194.897	-2,5%	-101.832	-1,2%	-35.067	-0,4%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Já em relação ao resultado primário, tanto em 2020 quanto em 2021 houve déficit. No ano de 2020, o déficit foi da ordem de R\$ 743 bilhões, representando quase 10% do PIB. Esse resultado foi em grande parte decorrente da crise causada pela pandemia, a qual também afetou o ano de 2021, levando a um déficit primário de R\$ 35 bilhões. No entanto, no ano de 2022, observou-se uma retomada das atividades econômicas, o que melhorou a arrecadação de receitas por parte do Governo Central e reduziu as despesas com o combate ao Covid-19. Esse cenário permitiu que fosse alcançado o primeiro superávit primário desde o ano de 2013, sendo um superávit de R\$ 54 bilhões em valores correntes. O superávit realizado foi inclusive superior à última projeção do ano.

**Tabela 15 - Componentes do Orçamento Fiscal de 2022 - Governo Central**

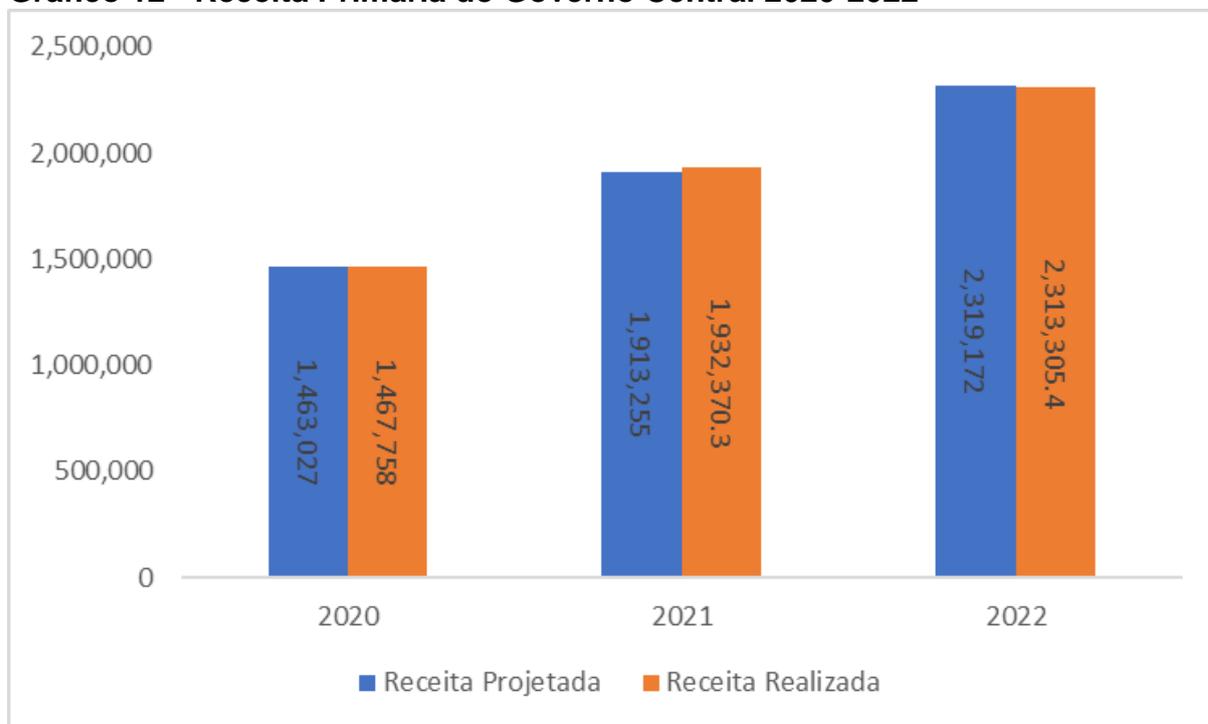
Componentes do Orçamento Fiscal de 2022						
2022	LOA 2022	% PIB	Última projeção	% PIB	Realizado	% PIB
	R\$ milhões		R\$ milhões		R\$ milhões	
Receita Primária	2,030,520	21.3%	2,319,172	24.1%	2,313,305.4	23.33
Despesa Primária	1,720,286	18.0%	1,816,683	18.8%	1,801,997.8	18.17
Resultado Primário	-76,167	-0.8%	38,741	0.4%	54,103.7	0.55

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

O Gráfico 12 apresenta um comparativo entre a receita primária projetada e a realizada ao longo dos três anos (2020-2022). O que se observa é que não houve

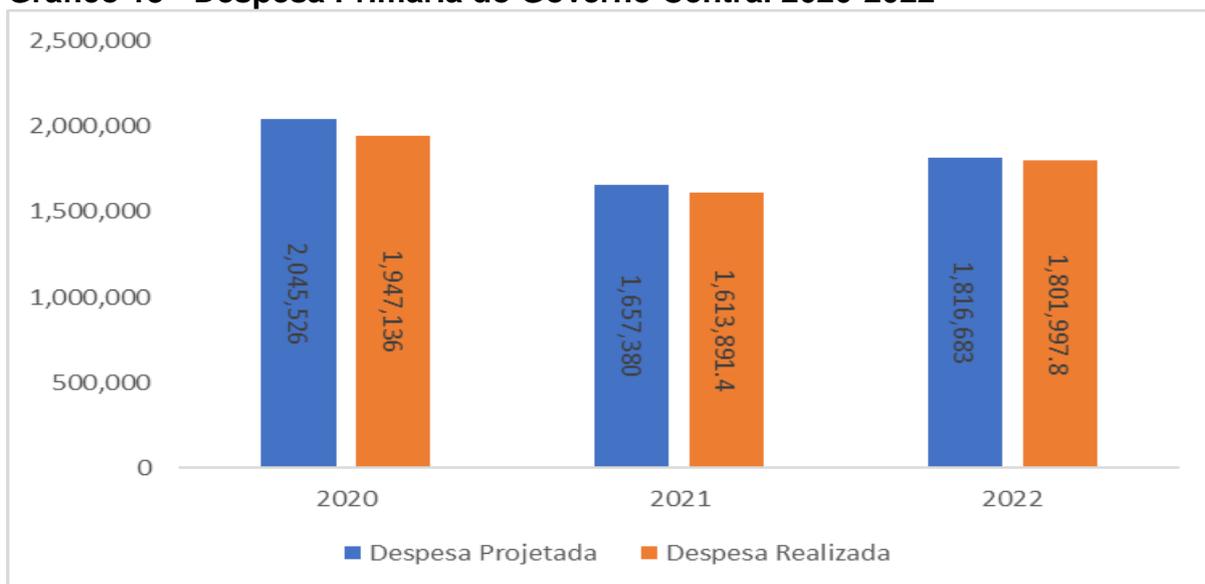
grandes distinções entre o projetado e o realizado. Em 2021, o realizado foi ligeiramente superior ao projetado, enquanto no ano de 2022 ocorreu o contrário, com o realizado sendo ligeiramente inferior ao projetado.

**Gráfico 12 - Receita Primária do Governo Central 2020-2022**



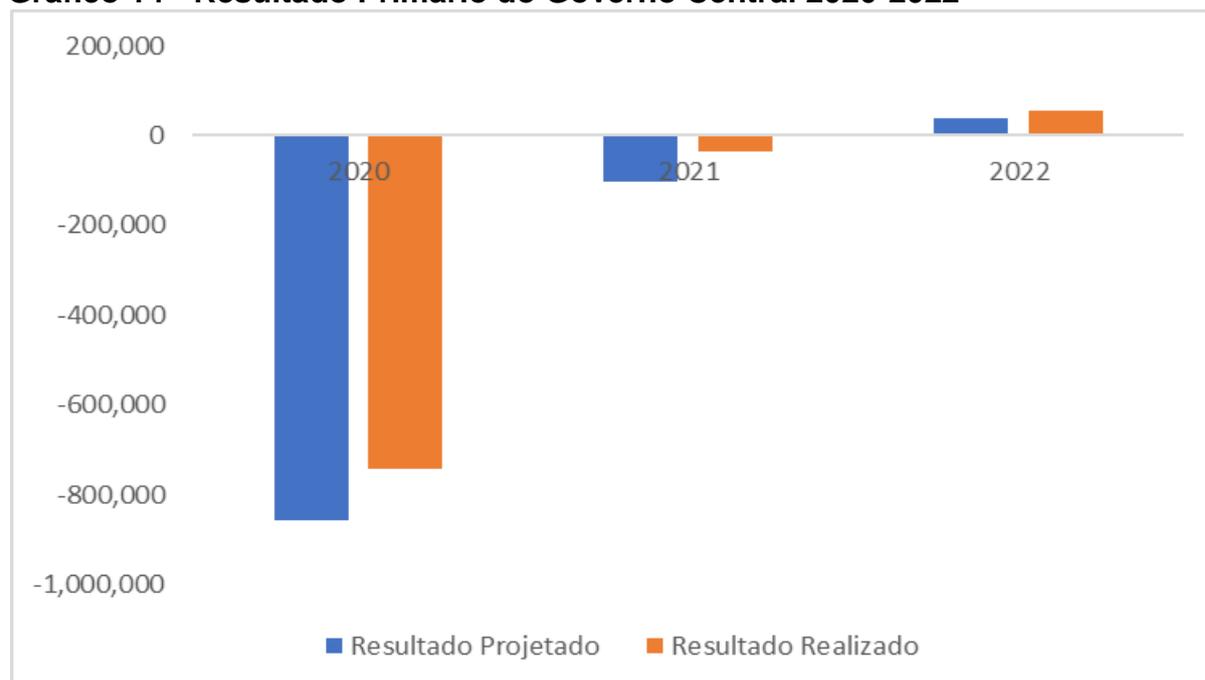
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

O Gráfico 13 apresenta dados em relação à despesa primária para 2020, 2021 e 2022. A respeito da despesa, observou-se que nos três anos a despesa realizada foi inferior à projetada, o que é um bom sinal para o Governo Central. Em relação à discrepância entre o valor projetado e o realizado, o ano de 2022 é o que apresenta valores mais próximos para a despesa primária.

**Gráfico 13 - Despesa Primária do Governo Central 2020-2022**

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Por fim, o Gráfico 14 apresenta os valores projetados e realizados para o resultado primário. Como mencionado anteriormente, nos anos de 2020 e 2021 houve déficit primário, no entanto, o déficit realizado foi inferior ao projetado. Já para o ano de 2022, o superávit realizado foi superior ao da última projeção. Entretanto, é importante lembrar que a projeção inicial da Lei Orçamentária Anual (LOA) também indicava déficit primário para o ano de 2022.

**Gráfico 14 - Resultado Primário do Governo Central 2020-2022**

Fonte: elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

Desse modo, é possível observar que no ano de 2022 o Governo Central conseguiu cumprir as metas fiscais, alcançando o primeiro superávit primário desde o ano de 2013, e o montante foi inclusive superior ao projetado.

#### 2.4.1 Evolução dos Gastos Públicos em Atendimento a Emenda Constitucional 95/16 – Teto dos Gastos

A Emenda Constitucional 95, conhecida como PEC dos Gastos, estabeleceu um limite de vinte anos para os gastos públicos. Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016, foi instituído um novo regime fiscal para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, o qual fixou limites para as despesas primárias dos órgãos integrantes, com previsão inicial de vigência por vinte anos. Esses limites são baseados no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o que significa que os gastos de um ano são ajustados pela inflação em relação ao ano anterior. A principal característica da PEC é conter o crescimento dos gastos públicos e promover o equilíbrio das contas públicas.

Ao analisar o triênio de 2020 a 2022, observa-se que os valores efetivamente pagos não excederam os limites projetados, o que indica que o objetivo da Emenda Constitucional 95 foi alcançado. Os dados projetados e realizados para esse triênio, juntamente com o percentual de atingimento em relação à despesa planejada, são apresentados na Tabela 16.

**Tabela 16 - Apuração das Despesas Sujeitas a EC 95/2016**

APURAÇÃO DAS DESPESAS SUJEITAS A EC 95/2016			
Período	DESPEZA TOTAL PROJETADA	DESPEZA TOTAL REALIZADA	% ATINGIDO DO TETO
	Em R\$ milhões	Em R\$ milhões	
2020	1.454.946	1.402.793	96,4%
2021	1.485.936	1.458.401	98,1%
2022	1.681.197	1.642.176	97,6%

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Secretaria do Tesouro Nacional (2022).

A despesa realizada em 2021 aumentou em R\$ 55,6 bilhões em relação ao exercício de 2020, o que representa um acréscimo de 3,96%. Por outro lado, em 2022, a despesa realizada superou a de 2021 em R\$ 183,7 bilhões, indicando um aumento de 12,6%. Desse modo, é possível constatar que as despesas se mantiveram dentro dos limites estabelecidos;

### 3 DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL INTERNA

Como definição, segundo Silva e Medeiros (2009), “a DPMFi é a dívida do governo federal sob a forma de títulos públicos, cujos fluxos de recebimentos e pagamentos são realizados em reais”.

Em 2022, o estoque da DPMFi foi de R\$5.699,01 bilhões (ante R\$5.348,97 bilhões em 2021), representando um aumento nominal de 6,54% em relação ao ano anterior. Quando corrigidos pela inflação (IPCA-IBGE), verifica-se uma variação de apenas 0,72% na DPMFi, conforme Tabela 17.

**Tabela 17 – DMPFi nominal e corrigida pela inflação, em bilhões de reais**

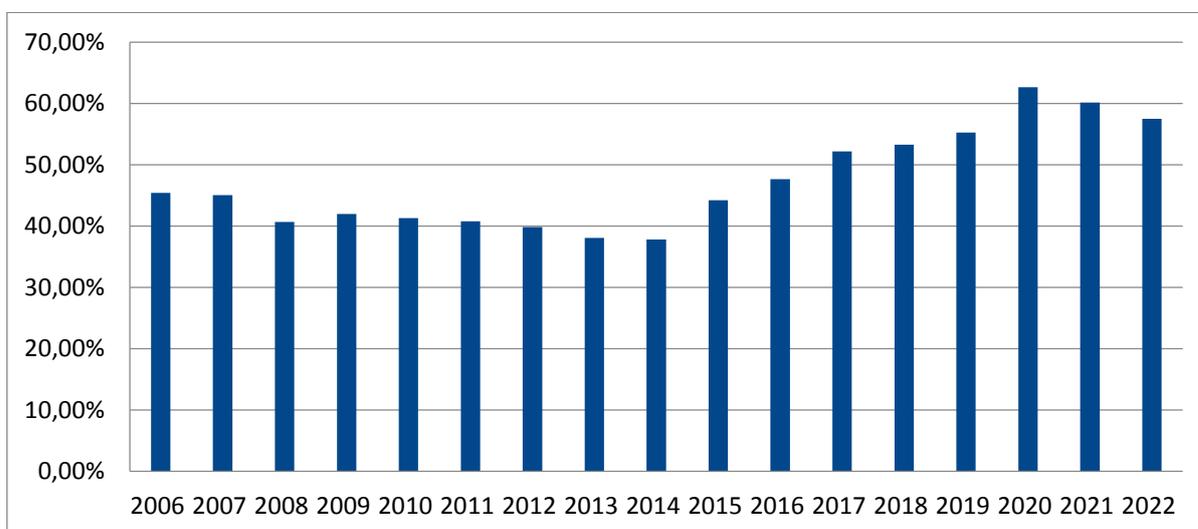
Ano	DMPFi (nominal)	Var (%)	DMPFi (corrigida)	Var (%)
dez/2021	5.348,97	-	5.658,41	-
dez/2022	5.699,01	6,54	5.699,01	0,72

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Já em proporção do PIB, a dívida pública representou 57,48% do PIB no ano de 2022, conforme demonstra o gráfico 14. Sendo assim, observa-se uma queda de 2,63 p.p em relação ao ano anterior (60,11% do PIB). De modo geral, ainda que a dívida represente um valor expressivo do PIB, pode-se verificar que, de forma vagarosa, a relação DPMFi/PIB retorna aos patamares pré-pandemia.

No que diz respeito à estrutura de vencimentos dos títulos da dívida, pode-se analisar que houve um aumento do volume dos vencimentos de curto prazo, indicando um certo temor pelo risco de refinanciamento. Em linhas gerais, esse risco consiste na possibilidade do Tesouro Nacional de, ao refinarciar a dívida, não conseguir levantar recursos suficientes para honrar seus compromissos. Sendo assim, quanto maior a concentração de dívida no curto prazo, maior o risco. O contrário se aplica.

**Gráfico 14 – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFi), em porcentagem do PIB, de 2006 a 2022**



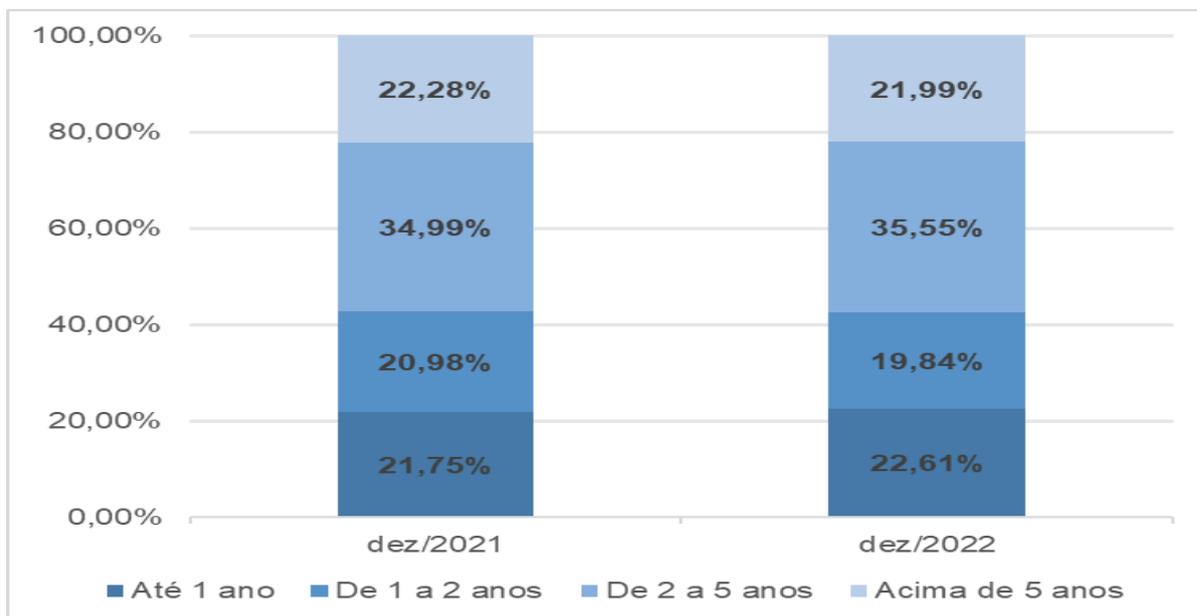
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil.

Dessa forma, uma das explicações para esse aumento é de que a indexação dos títulos públicos federais à taxa de juros de curtíssimo prazo é pró-cíclica: quando sobe os juros, ou quando surgem indicadores de aumentos futuros da taxa de juros, cresce a parcela da DPMFi atrelada à taxa Selic, aumentando a própria DPMFi; quando os juros de curto prazo caem, ocorre movimento inverso (Oliveira e Carvalho, 2010).

O maior volume de vencimentos encontra-se nos prazos de 1 a 5 anos, conforme ilustra o gráfico 15, obtendo uma variação positiva de 1,60% em 2022. Nesse sentido, a estrutura de vencimentos, segundo o Relatório Anual da Dívida (RAD), evoluiu devido à robustez do caixa da dívida, associada a uma escolha pelo alongamento de prazos dos títulos emitidos, reduzindo a oferta de títulos de curto prazo.

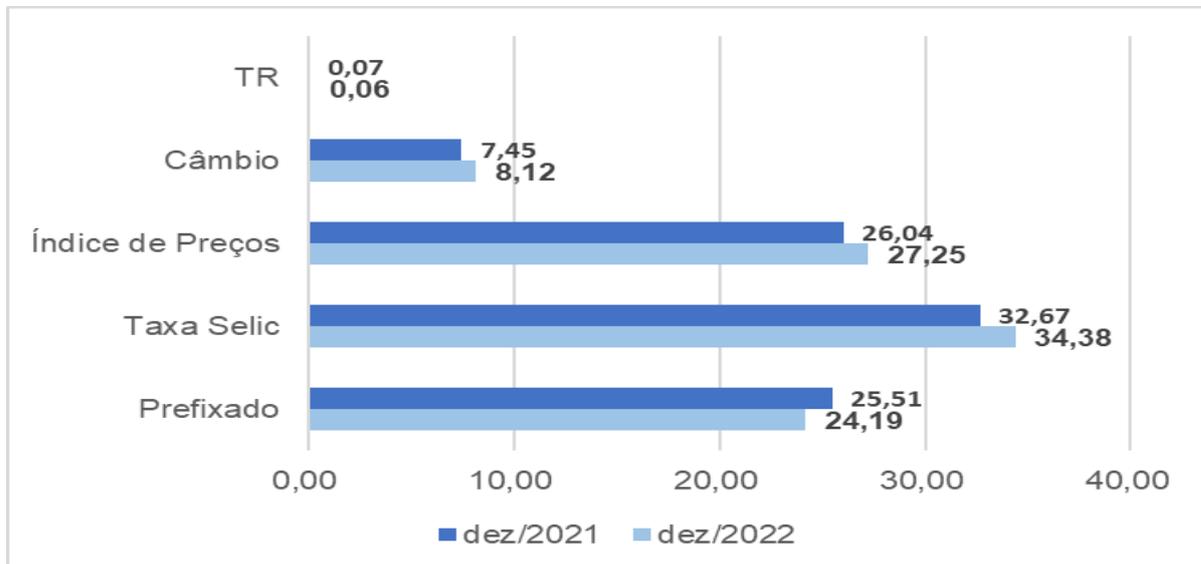
Ademais, a composição da dívida permite avaliar o seu risco de mercado, segundo o RAD. Sendo assim, observa-se uma queda de 5,19% na participação de títulos prefixados de 2022, em relação a 2021. Um aumento considerável foi registrado pelos títulos remunerados a taxa de câmbio (elevação de 8,95%) e pela taxa Selic, passando de 32,67% no ano de 2021 para 34,38% em 2022, conforme corrobora o gráfico 16.

**Gráfico 15 - Dívida Pública Mobiliária Federal Interna DPMFi - Perfil de Vencimento, em porcentagem**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil.

**Gráfico 16 - Composição da DPMFi, por indexador, em porcentagem**

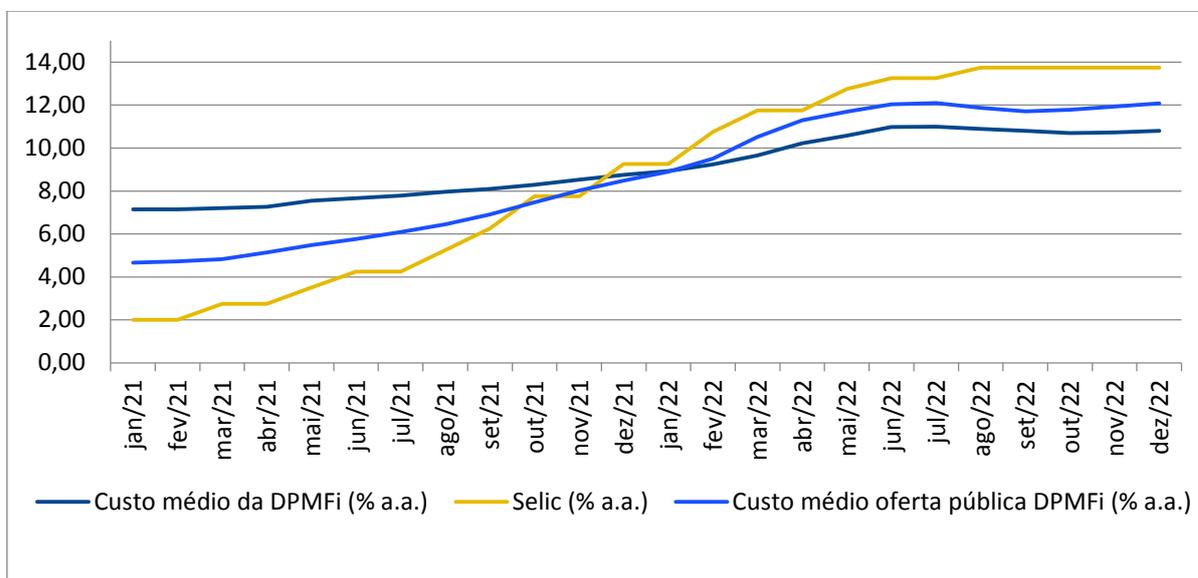


Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central.

Em relação ao custo da dívida, é possível constatar um aumento ao longo do período de 2022, em relação a 2021. Dessa forma, segundo o RAD “a elevação do custo médio em 12 meses acompanhou o período de aumento da taxa básica, porém com volatilidade menor do que a variação da Selic no mesmo período”. O custo médio da DPMFi, sofreu uma variação de 2,05 p.p, comparando dezembro de

2022 com o mesmo período no ano anterior (passando de 8,75% a.a em 2021 para 10,80% a.a em 2022), conforme ilustra o gráfico 4. No que diz respeito ao custo médio das emissões em oferta pública da DPMFi, verifica-se um avanço de forma mais abrupta, elevando 3,60 p.p em dezembro de 2022 quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Esse indicador reflete as condições de financiamento mais recentes, assim tende a reagir mais rapidamente às mudanças na taxa de juros Selic no curto prazo (RAD, 2023).

**Gráfico 17 – Custo médio da dívida pública (estoque e ofertas públicas), acumulado nos últimos 12 meses (% a.a) e taxa Selic – meta (% a.a)**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Instituto Fiscal Independente (IFI).

### 3.1 DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO

A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) pode ser definida, conforme BCB, “como o balanceamento entre as dívidas e os créditos do setor público não-financeiro e do Banco Central”. O conceito de DLSP abrange ainda os ativos e os passivos financeiros do Banco Central, sendo as reservas internacionais e a base monetária, respectivamente. Ademais, vale ressaltar que o conceito de dívida líquida é o mais comum para acompanhamento da sustentabilidade fiscal de um país, além de ser o indicador utilizado com referência para decisões econômicas no Brasil.

Nesse contexto, pode-se verificar um aumento de 13,91% da DLSP em dezembro de 2022 em relação ao mesmo período no ano anterior. A dívida atingiu,

em termos nominais, o valor de R\$5.658,02 bilhões em dezembro, trazendo um acréscimo de R\$691 milhões.

Quando corrigido pela inflação (IPCA-IBGE), percebe-se que o índice arrefeceu o aumento obtido em termos nominais, indicando uma elevação menos abrupta de 7,68% da DLSP de dezembro de 2021 em relação a dezembro de 2022, conforme tabela 2.

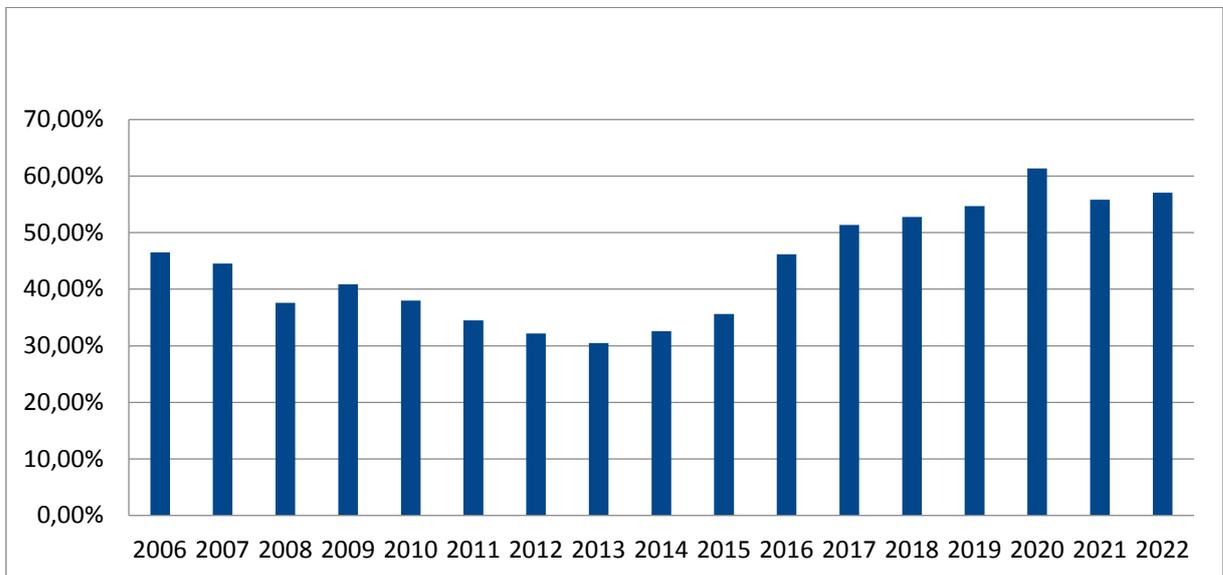
**Tabela 18 – DLSP nominal e corrigida pela inflação, em bilhões de reais**

Ano	DLSP (nominal)	Var (%)	DLSP (corrigida)	Var (%)
dez/21	4.966,92	-	5.254,26	-
dez/22	5.658,02	13,91	5.658,02	7,68

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Na relação dívida/PIB, verifica-se um aumento de 1,24 p.p. para dezembro de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior, mantendo-se em um nível relativamente elevado (de 55,82% do PIB em 2021 para 57,06% em 2022), conforme indica o gráfico 5. Nesse sentido, segundo o BCB, a elevação da taxa de juros e apreciação cambial impactaram negativamente na dívida. No entanto, esses impactos foram compensados pelo resultado primário superavitário e o crescimento do PIB. Ainda nesse sentido, a série permite inferir que a DLSP tende a retornar aos patamares verificados antes da pandemia.

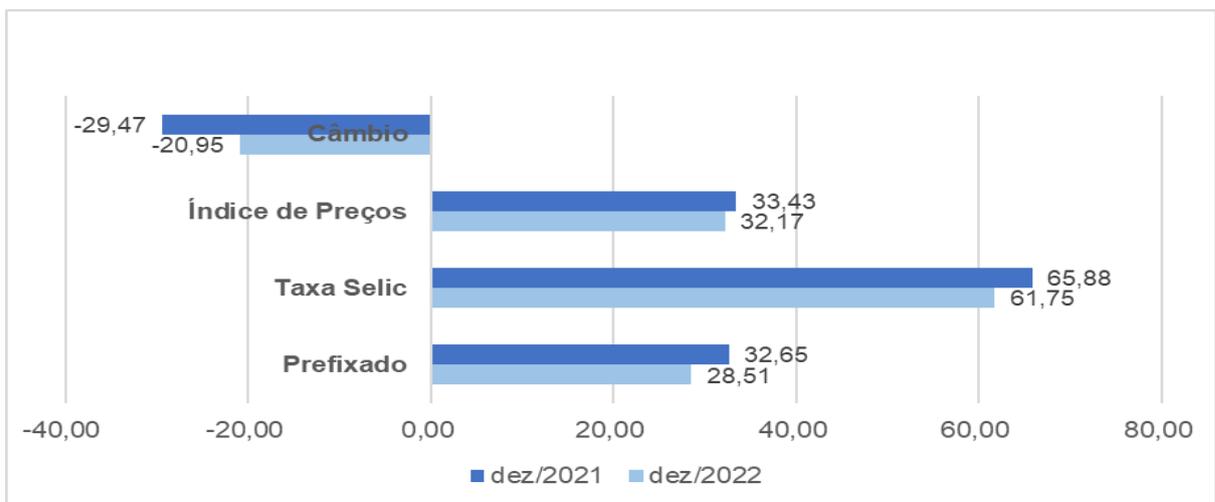
**Gráfico 18 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em relação ao PIB, em porcentagem, de 2006 a 2022**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central.

Em relação aos indexadores da DLSP, pode-se inferir que o indexador cambial representa uma participação negativa de -20,95%. Verifica-se ainda uma queda relativa em todos os demais indexadores, sendo a mais abrupta para os títulos prefixados (queda de 12,68 p.p). Essas variações são demonstradas no gráfico 9.

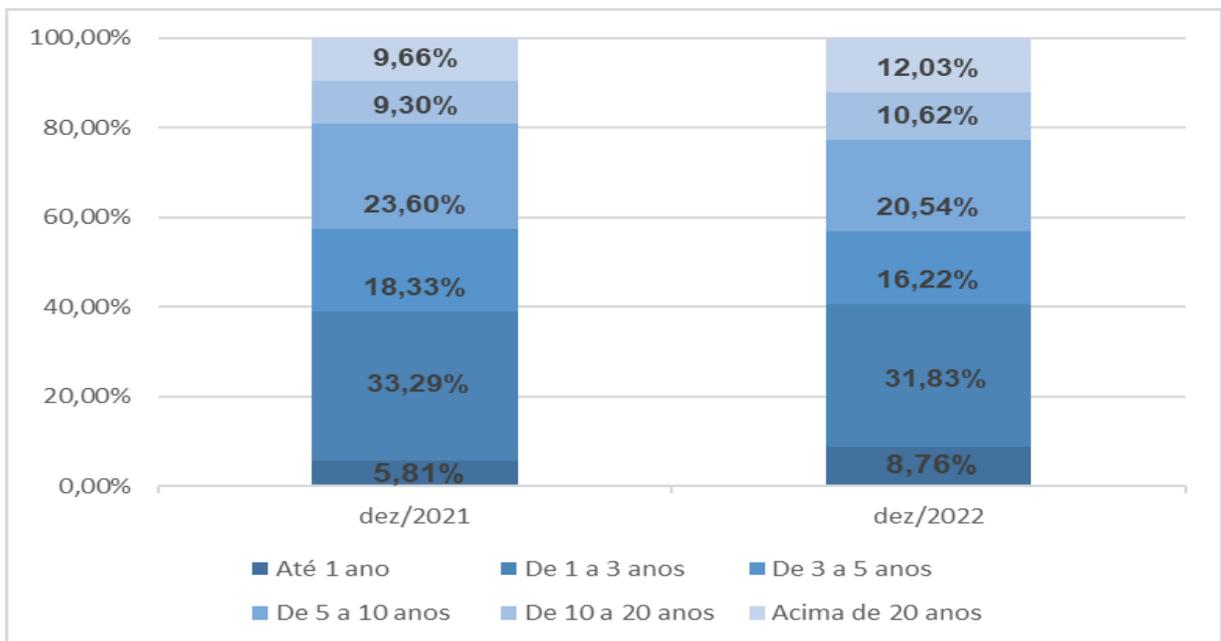
**Gráfico 19 - Dívida Líquida do Setor Público, por indexador, em porcentagem**



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central.

Já em relação à estrutura de vencimentos, observa-se que há um aumento de 2,95 p.p para os títulos de curto prazo (vencimento de até 1 ano). Outra variação que vale ressaltar está no aumento de 2,37 p.p para os títulos com vencimento acima de 20 anos.

**Gráfico 20 - Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), por vencimento, em porcentagem**



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central.

### 3.2 DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL

A dívida bruta do governo geral (DBGG) abrange o total dos passivos de responsabilidade do Governo Federal, dos governos estaduais e dos governos municipais junto ao setor privado, ao setor público financeiro e ao resto do mundo. A DBGG se trata do somatório entre a dívida interna e externa.

Em 2022, a DBGG alcançou R\$7.224,88 bilhões, representando um aumento nominal de 3,70% em relação ao ano anterior. A dívida externa obteve recuo (queda de 6,53% em 2022 quando comparado com 2021), enquanto a interna apresentou uma elevação de 5,35% no período supracitado.

Todavia, quando deflacionado pelo índice IPCA, percebe-se uma queda de 1,97% para a DBGG em dezembro de 2021, conforme gráfico 12. Dessa forma, é possível inferir o forte impacto da inflação no desempenho da variável trabalhada, conforme demonstra a Tabela 19.

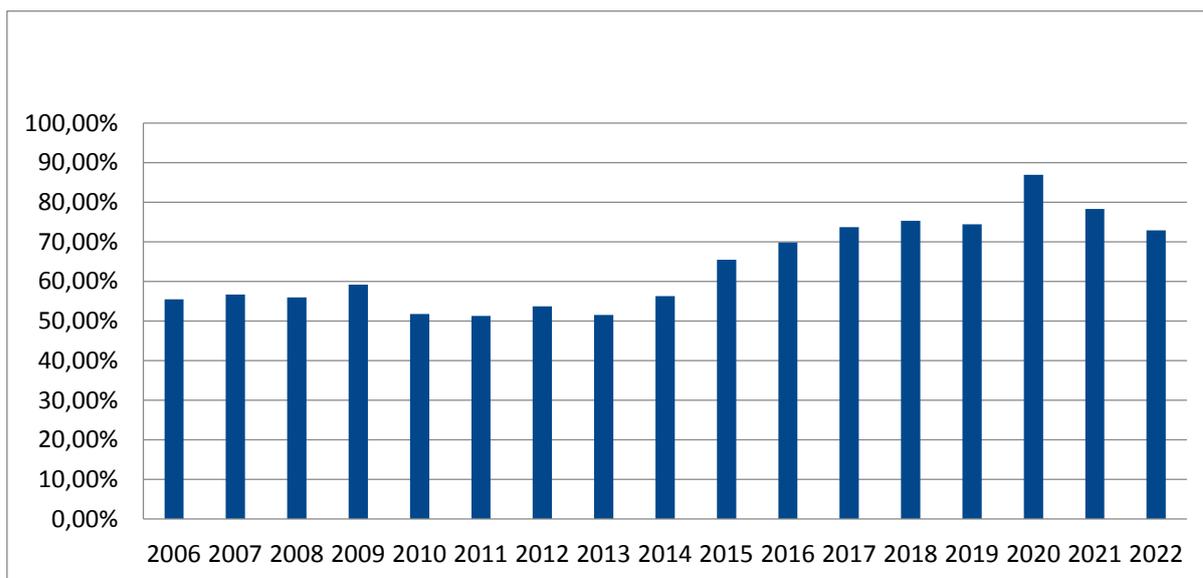
**Tabela 19 – DBGG nominal e corrigida pela inflação, em bilhões de reais**

Ano	DBGG (nominal)	Var (%)	DBGG (corrigida)	Var (%)
dez/2021	6.966,93	-	7.369,97	-
dez/2022	7.224,88	3,70	7.224,88	-1,97

Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central.

Tratando-se da relação DBGG/PIB, é possível verificar um significativo recuo de 5,42 p.p em 2022 quando comparado com o mesmo período no ano anterior (passando de 78,29% do PIB para 72,87%, respectivamente), conforme Gráfico 21. Isso decorre do resultado positivo das contas públicas e do crescimento relativo do PIB. Em consonância com as demais contas analisadas, percebe-se um retorno da DBGG para os níveis pré-pandemia.

**Gráfico 21 - Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), em relação ao PIB, em porcentagem, de 2006 a 2022**

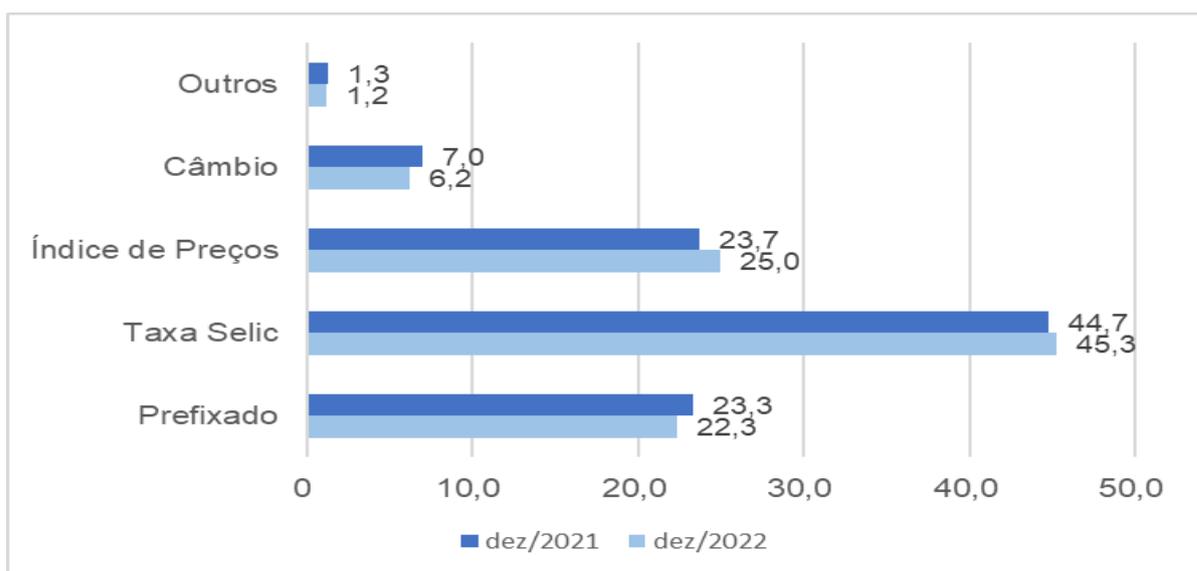


Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central.

Apesar da queda para níveis pré-pandemia, de acordo com o Instituto Fiscal Independente (IFI), “para 2023, o superavit primário requerido para estabilizar a DBGG em 73,5% do PIB seria de 3,8% do PIB”, considerando uma taxa real de juros implícita de 6,1% a.a.

A respeito dos indexadores, é possível observar um aumento na participação da taxa Selic e do índice de preços na DBGG, sendo que a primeira ainda representa maior relevância (45,3% da participação). Com destaque para as variações negativas, o câmbio aparece com a maior queda (10,88% em 2022, quando comparado com o mesmo período do ano anterior), como ilustra o Gráfico 22.

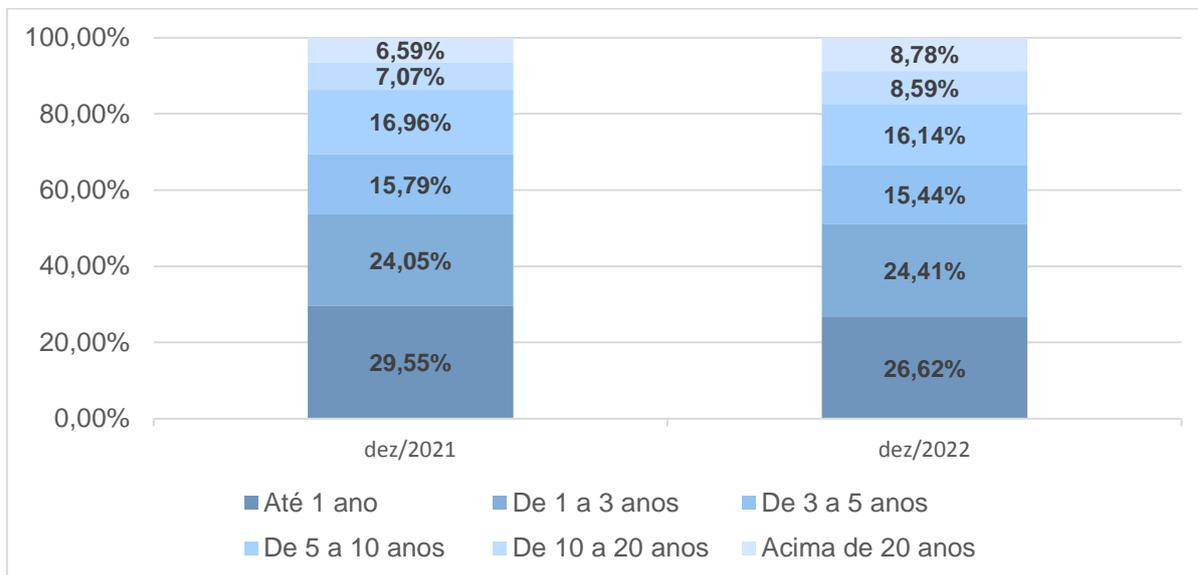
**Gráfico 22 - Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), por indexador, em porcentagem**



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central.

Em relação à estrutura de vencimentos, pode-se observar que, em geral, mantiveram-se relativamente estáveis o percentual de títulos por período. Destaca-se um aumento nos vencimentos de maior prazo, sendo um aumento de 1,52 p.p para os títulos de 10 a 20 anos e 2,19 p.p com vencimentos acima de 20 anos, compensado pela queda de 2,93 p.p. nos títulos com vencimento até um ano (Gráfico 23).

**Gráfico 23 - Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG), por vencimento, em porcentagem**



Fonte: Elaboração Própria a partir dos dados do Banco Central.

Afinal, o regime fiscal atual cumpre aviso prévio e o próximo deverá pavimentar um caminho crível para as contas. A sinalização de momento é de que a sustentabilidade das contas dependerá em maior medida do desempenho da arrecadação, onde concentra-se o plano do Ministério da Fazenda. Mas as circunstâncias atuais não devem favorecer.

### Considerações finais

As contas públicas terminaram o ano de 2022 em uma situação favorável no que diz respeito ao resultado primário, por conta de uma arrecadação que surpreendeu e de uma contração nos gastos que não deve se repetir. Ao contrário, para 2023, o Governo tem como meta um déficit primário. Adicionalmente, o nível de endividamento preocupa, sobretudo porque o custo da dívida está mais elevado.

As incertezas fiscais e o cenário macroeconômico serão desafiantes para manutenção da sustentabilidade da dívida. O compromisso do governo com o novo regime fiscal será fundamental para resgatar a credibilidade da política fiscal.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Estatísticas, Tabelas Especiais, Dívida Líquida e bruta do governo geral (metodologia vigente a partir de 2008). Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas\\_especiais/Divggnp.xls](https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Tabelas_especiais/Divggnp.xls)>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. Lei Orçamentária de 2022. Disponível: <[https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2022/loa/Volume\\_1.pdf](https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2022/loa/Volume_1.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2023.

CAVALCANTI A.F.H. M.; MARTINS, F. dos S.; FERREIRA, S. F.; NOBREGA, W. C. L. Panorama fiscal: Destaques de 2022 e perspectivas. **IPEA**. Publicado em 01/02/2023. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/02/230201\\_cc\\_58\\_nota\\_10\\_panorama\\_fiscal.pdf](https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/02/230201_cc_58_nota_10_panorama_fiscal.pdf)> Acesso em: 01 jun. 2023.

**INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE**. Relatório de Acompanhamento Fiscal. Março 2023. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/607069/RAF74\\_MAR2023.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/607069/RAF74_MAR2023.pdf)> Acesso em: 06 ago. 2023.

OLIVEIRA, G. G.; CARVALHO, C. E. Indexação Financeira e Comportamento Pró-cíclico da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna no Brasil. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 28, n. 53, p. 7-36, mar. 2010.

**TESOURO NACIONAL**. Resultado do Tesouro Nacional. Janeiro de 2023. Publicado em: 23/01/2023. Disponível em: <[www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn](http://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/resultado-do-tesouro-nacional-rtn)>. Acesso em: 01 jun. 2023.

**TESOURO NACIONAL**. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais. Disponível: <[https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-do-cumprimento-das-metas-fiscais/2022/29?ano\\_selecionado=2022](https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-do-cumprimento-das-metas-fiscais/2022/29?ano_selecionado=2022)>. Acesso em: 30 jun. 2023.

**TESOURO NACIONAL**. (RAD) Dívida Pública Federal: Relatório Anual 2022. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Janeiro, 2023, número 20. Disponível em: <[https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9\\_ID\\_PUBLICACAO:46036](https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9::::9:P9_ID_PUBLICACAO:46036)>. Acesso em 06 ago. 2023.